

2.fevereiro.2018 – 14:00

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO DE PETICIONÁRIOS – Petição n.º 392/XIII/3.^a - Solicita a promoção do Dia da Educação para a Igualdade de Género.

Peticionários: Ana Filipa Bandeira, Ana Silva e Joana Fonseca

Recebidos por: Laura Magalhães (PSD, Deputada relatora da petição, que presidiu à audição), Maria Augusta Santos (PS) e Sandra Cunha (BE).

Assunto: Solicitam a promoção do Dia da Educação para a Igualdade do Género.

Exposição: A Senhora Deputada Laura Magalhães (PSD, que presidiu à reunião), cumprimentou as peticionárias presentes e prestou informação sobre os tempos fixados para a audição.

As peticionárias agradeceram a audição e referiram o seguinte:

1. A matéria da igualdade do género não está bem divulgada;
2. Há indicativos de desigualdades em relação às mulheres, nomeadamente: há mais mulheres analfabetas; têm salários mais baixos; nas últimas eleições autárquicas só foram eleitas para Presidente da Câmara 37 mulheres;
3. É importante que haja um dia da educação para a igualdade do género, realçando que a existência de um dia para outras temáticas, designadamente o Dia do Animal e o Dia do Ambiente, tiveram efeitos visíveis, desde logo na melhoria das práticas;
4. Trata-se de uma causa de todos e para todos, a desenvolver na escola, na sociedade e no emprego;
5. Propõem a fixação do Dia Nacional para a Igualdade do Género em 8 de janeiro, data do nascimento de Lurdes Pintassilgo, única Primeira-ministra em Portugal;
6. Entendem que a fixação deste dia pode ter muito impacto na escola e consideram a data oportuna, por ser no início do 2.º período, numa ocasião em que ainda não haverá muitas avaliações.

A Deputada Maria Augusta Santos (PS) felicitou as peticionárias pela matéria trazida à AR. Referiu que, relativamente às questões da Igualdade de Género, apesar de ainda haver um longo caminho a percorrer, o trabalho que tem sido desenvolvido, nomeadamente após o 25 de abril, é de enorme importância. Realçou, ainda, o importante e exemplar trabalho da Escola na discussão e promoção da Igualdade do Género. Neste âmbito, referiu também o facto da Direção Geral de Educação disponibilizar muitos instrumentos de suporte às escolas sobre esta matéria, e a aprovação da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania. Mencionou, depois, o facto de este ano o Programa Parlamento dos Jovens estar centrado nas questões da Igualdade de

Género. Considerou, finalmente, que a proposta apresentada é pertinente e que devia agregar todos os Grupos Parlamentares.

A Deputada Sandra Cunha (BE) referiu que a igualdade do género se insere a nível dos direitos humanos e as desigualdades se verificam em vários domínios, realçando dados da violência doméstica sobre mulheres (que têm estado a crescer) e diferenças no acesso ao emprego. Saliou que Portugal tem um bom resultado a nível de licença parental e referiu a violência no namoro, que desde há 2 décadas é um crime público, mas isso não tem feito diminuir os respetivos números.

Informou depois que já há 2 dias em que se podem equacionar as desigualdades em relação às mulheres, no Dia da Mulher (8 de março) e no Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres (25 de novembro), mas vão analisar a hipótese de criação do Dia Nacional da Igualdade do Género. Manifestou depois concordância com a estratégia do Governo para a cidadania, mas defendeu que essa matéria devia ter um peso curricular, em todos os níveis de ensino, em que se tratasse a igualdade do género e outras desigualdades. Referiu ainda que o seu Grupo Parlamentar tem receio da proliferação e banalização dos dias nacionais, mas concorda que esta matéria é crucial para a sociedade.

A Deputada Laura Magalhães (PSD), em representação do seu Grupo Parlamentar, referiu que a igualdade do género preocupa todos os Grupos Parlamentares e a Assembleia tem uma Sub-Comissão de Igualdade e Não Discriminação e aprovou esse tema para o Programa Parlamento dos Jovens. Enfatizou depois o debate sobre a falta de igualdade de oportunidades e falou dum caso concreto de discriminação no mercado de trabalho de uma mãe com crianças pequenas. A terminar, referiu que discutirá no seu Grupo Parlamentar a hipótese de criação do Dia Nacional da Igualdade do Género.

Devolvida a palavra aos peticionários, os mesmos referiram o seguinte:

1. Há estatísticas negras em Portugal sobre esta matéria;
2. Regista-se um aumento da violência no namoro;
3. É preciso tratar os preconceitos desde idades mais baixas, nomeadamente desde a educação pré-primária;
4. O dia em causa trataria a igualdade do género, incluindo mulheres, homens, homossexuais, etc, pelo que tinha uma abrangência diferente do Dia da Mulher;
5. A existência de um dia específico podia levar a mais formação dos professores e começar desde a pré-primária;



Comissão de Educação e Ciência

6. O fenómeno verifica-se à escala mundial, havendo denúncias por exemplo de atrizes e ginastas;
7. O dia nacional permite mais divulgação, debate, ações, com muito desenvolvimento nas escolas, com todos os agentes educativos, incluindo psicólogos e a mensagem chegará também às famílias.

A audição foi objeto de gravação, disponível na [página da Comissão na internet](#), constituindo parte integrante desta ata, o que dispensa maiores desenvolvimentos nesta sede.

Palácio de São Bento, 2 de fevereiro de 2018

A assessora
Teresa Fernandes